

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA – UNIR  
CAMPUS – PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES – CACOAL  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE DIREITO**

**HIAGO BASTOS TRINDADE**

**A NATUREZA JURÍDICA DA JUSTIÇA DESPORTIVA E A  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO**

**TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO  
MONOGRAFIA**

**Cacoal – RO  
2018**

**HIAGO BASTOS TRINDADE**

**A NATUREZA JURÍDICA DA JUSTIÇA DESPORTIVA E A  
PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO**

Monografia apresentada à Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito, elaborada sob a orientação do professor Bruno Milenkovich Caixeiro

**Cacoal – RO**

**2018**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação  
Fundação Universidade Federal de Rondônia  
Gerada automaticamente mediante informações fornecidas pelo(a) autor(a)

---

T833n Trindade, Hiago Bastos.

A natureza jurídica da justiça desportiva e a prestação jurisdicional do Estado / Hiago Bastos Trindade. -- Cacoal, RO, 2018.

46 f.

Orientador(a): Prof.<sup>a</sup> Ma. Bruno Milenkovich Caixeiro

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Fundação Universidade Federal de Rondônia

1.Direito desportivo . 2.Justiça desportiva . 3.Jurisdição . I. Caixeiro, Bruno Milenkovich. II. Título.

CDU 34:796

---

Bibliotecário(a) Naiara Raíssa da Silva Passos

CRB 11/Nº891

# **A NATUREZA JURÍDICA DA JUSTIÇA DESPORTIVA E A PRESTAÇÃO JURISDICIONAL DO ESTADO**

**HIAGO BASTOS TRINDADE**

Monografia apresentada ao Curso de Direito da Universidade Federal de Rondônia – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles – Cacoal, para obtenção do grau de Bacharel em Direito, mediante a Banca Examinadora formada por:

---

Professor M.e Bruno Milenkovich Caixeiro - Presidente

---

Professor Esp. Willian Ricardo Grilli Gama

---

Professor M.e Silvério dos Santos Oliveira

Conceito:94

Cacoal, de 03 de julho 2018.

Este trabalho é o fruto de minha paixão pelo esporte  
e pelo Direito.

## **AGRADECIMENTOS**

Sou grato à Deus por tudo que tem feito em minha vida. Antes de começar a faculdade, quando fui à igreja e “pedi a palavra”, em oração, sabendo das minhas necessidades e com medo de vir para Cacoal/RO estudar, ainda menor de idade, recebi a mensagem, emitida pelo cooperador, em que me dissera que se nunca me faltou nada e não seria nessa nova caminhada que me faltaria. Isso me motivou muito, pois era uma resposta a uma mensagem que pedi em segredo.

Meu pai, querendo que eu ficasse por perto, sempre quis que eu estudasse na cidade onde moramos, tanto é que tentou fazer a minha matrícula em uma faculdade privada de Ariquemes/RO. Porém eu sabia que os planos de Deus era para que eu viesse para cá (Cacoal), mesmo sem conhecer a instituição ou o município, eu sentia que meu lugar era aqui, e tudo isso se concretizou com o certo “aval” que eu obtive na igreja. Daí a importância de Deus em minha vida, como primeiro dos meus agradecimentos. Certamente, essa é apenas uma das obras nas quais ele tem realizado em minha vida, que merece destaque.

Sou imensamente grato aos meus pais. Minha mãe, guerreira, ensinou-me a estudar e nunca me deixou faltar absolutamente nada, é um exemplo de mulher que conseguiu as coisas com o suor, nos estudos, saiu do semianalfabetíssimo com 32 anos e hoje sagra-se Mestre em matemática. A primeira e uma das únicas pessoas da família com formação em nível superior, a primeira e única Mestre, um verdadeiro exemplo de mulher. Meu pai, trabalhador, ensinou-me o valor do trabalho, sempre confiou em mim, sempre teve fé de que eu seria o melhor. Já chegou a me dizer que eu seria o “ídolo” dele, ele não tem noção o quanto isso me emociona.

Agradeço também à minha irmã, que também é um exemplo de mulher, destaque, a melhor de todas. Estuda, assim como eu, e nada impõe dificuldades em seu caminho, não se intimida na presença de ninguém, é forte, e por isso eu a amo.

À minha namorada Marla por sempre ter me dado amparo, ela é meu chão e minha luz nos momentos difíceis. Sempre lutou por mim, ajudou-me, nunca desistiu de nós. Fomos e seremos muito felizes juntos.

Aos meus grandes amigos, por me fazerem ser como eu sou, por terem sido tão importantes na minha vida. Amizades que não tem preço. Tenho muitos, e sou grato à Deus por isso.

À Instituição Universidade Federal de Rondônia – UNIR – *campus* de Cacoal/RO e todos os seus colaboradores, em especial ao Me. Victor A. Conselvan por ter me auxiliado no desenvolvimento da ideia, e a meu orientador pela atenção e presteza na efetivação da pesquisa, Me. Bruno M. Caixeiro.

**“O senhor prova o justo; mas o ímpio e a quem  
ama a injustiça, a sua alma odeia. ”  
Salmos 11:5**



## RESUMO

Por meio de uma verificação dogmática analítica, o estudo das normas como instrumento que podem operar modificações sociais, com vistas a importância da temática cujo teor foi concebido pelo constituinte originário, é que se versa o presente trabalho sobre a natureza jurídica da justiça desportiva e a prestação jurisdicional do Estado, trazendo os elementos compositivos e a classificação dessa entidade, com a demonstração de preceitos legais. A abordagem demonstra pontos de vista sob o direito público e privado, à luz das teorias levantadas nas disciplinas de Teoria Geral do Processo, Direito Constitucional, Direito Civil, Direito Administrativo, dentre outras. Assim, evidencia-se o conflito jurídico por meio da demonstração de inconsistência das normas, que serão comparadas e analisadas sistemicamente ao longo da pesquisa. Já as hipóteses serão apresentadas e a conclusão lógica sobre a validade ou não verificar-se-á de acordo com o apresentado, eis que o método adotado é o hipotético dogmático. O resultado disso, chegamos a possibilidade de tratamento como instrumento de uma relação contratual ou a eventualidade da criação, por meio de lei, de um órgão jurisdicional específico para a solução dos conflitos desportivos. Com efeito, a pesquisa assim traz uma contribuição proveitosa para o direito e sociedade.

**Palavras-chave:** Justiça Desportiva; Direito Desportivo; Natureza Jurídica; Jurisdição.

## **ABSTRACT**

Through an analytical dogmatic verification, with the study of norms as an instrument that can operate social changes with a view to the importance of the theme whose content was conceived by the original constituent, is the present work on the legal nature of sports justice and the constitutional elements and the classification of this entity, with the demonstration of legal precepts. The approach demonstrates points of view under public and private law, in light of the theories raised in the disciplines of General Theory of Process, Constitutional Law, Civil Law, Administrative Law, among others. Thus, the legal conflict is evidenced through the demonstration of inconsistency of the norms, which will be compared and analyzed systemically throughout the research. Now the hypotheses will be presented and the logical conclusion about the validity or not will be verified according to the presented one, behold that the adopted method is the hypothetical dogmatic one. As a result, we have come to the possibility of treatment as an instrument of a contractual relationship or the possibility of the creation by law of a specific court for the resolution of sports disputes. In fact, research in this way makes a useful contribution to law and society.

**Keywords:** Sport Justice; Sports Law; Legal Nature; Jurisdiction.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>10</b>
<b>1 O DESPORTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO .....</b>	<b>13</b>
1.1 LEGISLAÇÃO E SUA INSERÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO.....	14
1.2 DIREITO DESPORTIVO CONSTITUCIONAL.....	16
1.3 PROCESSO LEGAL E PROCESSO JUSTO .....	19
<b>2 A INSTITUIÇÃO JURÍDICA JUSTIÇA DESPORTIVA .....</b>	<b>23</b>
2.1 A DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO ESTATAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS .....	26
2.2. A AUTONOMIA DAS ENTIDADES DESPORTIVAS E A FORÇA VINCULANTE DOS CONTRATOS DESPORTIVOS .....	27
<b>3 SITUAÇÕES FÁTICAS E INDEFINIÇÃO JURÍDICA DO INSTITUTO .....</b>	<b>34</b>
3.1 OS JULGAMENTOS SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	34
3.1.1 O Julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Caso Zveiter – Impossibilidade de Atuação dos Magistrados na Justiça Desportiva.....	35
3.1.2 A Interpretação do Poder Legislativo em Âmbito Federal.....	36
3.2 A JURISDIÇÃO DESPORTIVA COMO FRUTO DAS RELAÇÕES PRIVADAS E MEIO ALTERNATIVO .....	37
3.3 A JUSTIÇA DESPORTIVA COMO JURISDIÇÃO DO ESTADO E INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS.....	39
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>42</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>45</b>

## INTRODUÇÃO

Esta pesquisa motiva-se por razões pessoais e acadêmicas, além de ter escopos de sociais, políticos e jurídicos. Pessoais, pois por parte do acadêmico há uma grande admiração ao esporte em todas as suas vertentes, além de praticar esporte amador. E, acadêmico respaldado nas disposições jurídicas inerentes ao tema e na inconsistência jurídica ou problema encontrado com a análise do objeto do trabalho.

A Justiça Desportiva é o meio adotado no Brasil como instrumento para a dirimição de conflitos relacionados às normas desportivas e a realização do esporte profissional.

O legislador, ao instituir as normas que dispõem sobre o tema, ofereceu um tratamento diferenciado e próprio que lhe define uma característica única de seu gênero (*sui generis*). Essa unicidade vem sendo objeto de diferentes interpretações acerca de sua aplicabilidade que, por sua vez, carece de classificação jurídica, pois, muito embora seja única, a identidade desse instituto ainda é precária.

Daí a necessidade de contextualizar a inserção no ordenamento jurídico brasileiro e demonstrar os elementos que compõem o instituto da Justiça Desportiva, com a classificação teórica e apresentação de preceitos legais para estabelecer pontos que caracterizam a qual ramo do direito se relaciona, bem como remontar necessariamente os influxos que esse processo histórico dialético impôs ao atual sistema normativo desportivo.

Assim, busca-se evidenciar o conflito jurídico por meio das perspectivas públicas e privadas, e sistemicamente correlacionar as interpretações dadas à Justiça Desportiva, tratando sobre a adequação das normas e choque de valores como a legalidade, segurança jurídica, função social do contrato e princípios gerais

que regem o Direito Público e Privado, e chegar a uma conclusão lógica e verificação às quais apresentadas nas hipóteses demonstradas.

Sob perspectiva publicista, parte-se do Estado Democrático de Direito, dos valores constitucionais como a proteção ao desporto e de ideais do Devido Processo Legal e processo justo, considerados os sistemas de jurisdição e a adequação das normas ao Texto Maior. Destarte, nesse caso também figura-se o papel do Estado como garantidor da efetivação das normas jurídicas, principalmente as de cunho constitucional.

Já na perspectiva privada, é feita uma verificação do instituto jurídico Justiça Desportiva com respaldo nas garantias legais dadas ao particular, partindo-se da autonomia das entidades desportivas e força vinculante dos contratos desportivos, além da disponibilidade do direito desportivo e impossibilidade de intervenção estatal nas relações privadas, sistemicamente com a teoria geral dos contratos e função social do contrato desportivo.

É importante destacar que o elemento precípua da controvérsia é como se dá o exercício dessa prestação e a origem do vínculo estabelecido na relação jurídica constituída, pois o legislador não definiu a atividade como sendo fruto de um mero instrumento contratual, como meio pelo qual os interessados se submetem à um terceiro para a apreciação de determinadas pretensões ou como jurisdição propriamente dita.

Destarte, existem razões suficientes para que se busque evidenciar o conflito jurídico e uma identidade a qual o referido instituto se coaduna, porquanto trata-se de uma matéria afeta ao crivo dos mais conceituados juristas, assim, importante se faz buscar respaldo no ordenamento jurídico brasileiro, em âmbito doutrinário e jurisprudencial, partindo do pressuposto dos vetores axiológicos constitucionais e análise intrassistêmica das normas.

No tocante ao referencial teórico, a pesquisa é abordada com espeque nas mais lídimas doutrinas, das quais pode-se destacar: Álvaro de Mello Filho, Emili Bourdens, Mariana Rosignoli etc. (Direito desportivo) Flávia Bahia e Luiz Roberto Barroso (Direito Constitucional); Humberto Theodoro Júnior e Fred Didier (Direito Processual Civil); Silvio de Savio Venosa (Direito Civil); Cândido Rangel Dinamarco (Teoria Geral do Processo); Dalmo de Abreu Dalari (Teoria Geral do Estado), entre outros. E, como o tema é bem específico, também são utilizados artigos que têm sua importância indispensável para o melhoramento do conteúdo.

Ademais, é realizado um estudo da norma como instrumento das modificações sociais, posto que o método é o dogmático analítico. Em complemento, tem-se a pesquisa como bibliográfica. Com efeito, discutir o objeto fático na qual se funda relação jurídico-desportiva e a maneira com que se exterioriza no universo jurídico é de suma importância e gera uma contribuição proveitosa para o direito e sociedade.

## 1 O DESPORTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

Sob a égide de uma Constituição Federal que retrata em seus objetivos a instituição de um Estado Democrático de Direito destinado a assegurar o exercício dos direitos individuais e sociais, a igualdade e a justiça “como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias” (BRASIL, 1988, s. p.) é que se analisa a proteção ao desporto no ordenamento jurídico brasileiro.

A ideia de Estado democrático de direito consagrada na Constituição Federal de 1988 pauta-se, principalmente, na síntese histórica dos princípios do constitucionalismo e da democracia. Constitucionalização se refere a ideia de um vértice jurídico criado sistematicamente, sob a forma de “pirâmide”, vinculando as normas nas quais será regido o ordenamento jurídico de determinado Estado, em essência, a limitação do poder e a supremacia da Lei (*Rule of law* – Estado de Direito). Já a democratização, traduz-se na soberania popular e governo da maioria (BARROSO, 2010).

Destarte, com a união desses dois conceitos é que se tem a ideia do Estado Democrático de Direito, consistindo, na verdade, em um conceito que leva em conta conceitos dos elementos componentes, “mas que supera ao ponto em que se incorpora um componente revolucionário novo de transformação do *status quo*” (SILVA, 2005, p. 119) daí é que se mostra a importância do artigo 1º da Constituição de 1988, quando afirma que a República Federativa do Brasil se constitui em Estado Democrático de Direito, não como mera promessa de organizar tal Estado. Consoante Silva (2005, p. 121):

A democracia que o Estado Democrático de Direito realiza há de ser um processo de convivência social numa sociedade justa, livre e solidária (art. 3º, I) em que o poder emana do povo, diretamente ou por representantes eleitos (art. 1º, parágrafo único); participativa, porque envolve a participação crescente do povo no processo decisório e na formação dos atos de governo; pluralista, porque respeita a pluralidade de idéias, culturas e etnias e pressupõe assim um diálogo de opiniões e pensamentos divergentes e a possibilidade de convivência de formas de organização e interesses diferentes da sociedade. (Sic)

A legalidade é tratada, na doutrina clássica, de acordo com Silva (2005, p. 117): “repousa na concepção do Direito *natural, imutável e universal*, daí decorre a

Lei, que realiza o princípio da legalidade, essência do conceito Estado de Direito, é concebida na norma jurídica geral e abstrata”.

É nesse sentido que se parte do pressuposto de que o Estado Democrático de Direito se aspira nos ideais de legalidade e que tende a conjugar o pensamento capitalista e controlador, passando a ser, em tese, um Estado promotor de justiça social sob o influxo real que as constituições não democráticas não tratavam anteriormente.

O papel da Jurisdição é, portanto, de garantidora das medidas impostas pela legalidade e proclamadas sob a égide da democratização do Estado, pois entre constitucionalismo e democracia podem surgir, eventualmente, inconsistências jurídicas caracterizadas por pontos de tensão em que muitas das vezes a vontade da maioria pode ter de “estancar” diante de determinados conteúdos matérias, orgânicos ou processuais. Neste sentido, afirma Barroso (2010, p. 109):

Em princípio, cabe à jurisdição constitucional efetuar esse controle e garantir que a deliberação majoritária observe o procedimento prescrito e não vulnere os consensos mínimos estabelecidos na Constituição. Não por acaso, portanto, é recorrente na doutrina o debate acerca do fundamento democrático da jurisdição constitucional, das origens até os dias de hoje”. A subsistência da polêmica e a busca constante de legitimação nas relações entre o constituinte e o legislador revelam um imperativo dos tempos modernos: o de harmonizar a existência de uma Constituição - e dos limites que ela impõe aos poderes ordinários- com a liberdade necessária às deliberações majoritárias, próprias do regime democrático.

Dessa forma, é assim que se funda a ideia de Estado Democrático de Direito, baseado na garantia de cumprimento das disposições assecuratórias e declaratórias previstas no Texto Constitucional de 1988, tendo como essência o somatório de fatores sociais, econômicas, políticas e culturais, pois, conforme Lassale (*apud* BAHIA, 2017, p. 41) “se a constituição não obedecesse esses fatores, não passaria de uma mera folha de papel”.

## 1.1 LEGISLAÇÃO E SUA INSERÇÃO NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO

A Justiça Desportiva foi prescrita efetivamente no Brasil o com o advento da Constituição Federal de 1988, que passou a dispor expressamente que é dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não formais, e que o Poder Público incentivar o lazer como forma de promoção social. Entretanto, a proteção



ao desporto, objeto da matéria relacionada ao referido instituto, tem previsão desde legislações anteriores.

Neste sentido, inseriu-se no ordenamento jurídico brasileiro o desporto como atividade juridicamente regulada em 1934, com o advento da Constituição Federal, trazendo expressamente em seu texto, no art. 5, XIV, a proteção especial ao então denominado “desporto educacional”, como resultado das diretrizes básicas de educação. Bahia (2017) argumenta que a Constituição Federal de 1934 trouxe aspectos inovadores relativos a proteção de direitos teoricamente novos à época, o que inseriu o direito desportivo nessa modalidade de “novos direitos”. Todavia, a gênese da atual legislação esportiva pátria, servindo de base para legislações hoje existentes, se deu no ano de 1941, com o decreto lei nº 3.199/41, instituído na era Vargas, refletia-se pontos específicos trazidos pela legislação francesa, principalmente em regular o desporto como instrumento de controle do Estado.

É importante destacar que o Brasil é o primeiro país no mundo que concedeu ao desporto e à Justiça Desportiva previsão e reconhecimento na Constituição Federal (MELLO FILHO, 2007), o que se estende até os dias atuais.

Ainda, o legislador constituinte estabeleceu o papel essencial da Justiça Desportiva, nas ações relativas à disciplina e às competições desportivas, no qual só se admitirá as causas no Judiciário mediante esgotamento das vias da justiça desportiva, estabelecida por Lei.

Destarte, após o advento da Constituinte, em 1998 foi criada a Lei Pelé<sup>1</sup>, e passou a instituir normas gerais sobre o desporto, inclusive sobre o funcionamento, atribuições e organização da justiça desportiva, legislação vigente e específica que dispõe sobre as normas gerais do direito desportivo.

Sobre a legislação supracitada, “a Lei Pelé trouxe inúmeras discussões na época, sendo alvo, ao mesmo tempo, de grandes elogios e enormes críticas, responsável por instituir, legislar e gerar o desporto” (TOBAR, 2011)

Verifica-se, portanto, que breve é a história legislativo-desportiva, e quando a comparadas com os demais ramos do Direito que regulam determinadas atividades em específico, vê-se que as alterações e regulamentações significativas se deram apenas após a Constituinte de 1988.

---

<sup>1</sup> Lei Federal nº 9.615 de 24 de março de 1998

## 1.2 DIREITO DESPORTIVO CONSTITUCIONAL

Conforme o disposto no artigo 217, *caput*, da Constituição Federal de 1988, é dever do Estado fomentar as práticas desportivas formais e não formais, sendo tratado o desporto como “direito de cada um”. Além disso, dispõe que ao Poder Judiciário só é possível admitir as causas relacionadas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei, e o dever de incentivo do lazer como forma de promoção social. Dessa forma é abordado no Art. 217:

É dever do Estado fomentar práticas desportivas formais e não-formais, como direito de cada um, observados:

I - a autonomia das entidades desportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II - a destinação de recursos públicos para a promoção prioritária do desporto educacional e, em casos específicos, para a do desporto de alto rendimento;

III - o tratamento diferenciado para o desporto profissional e o não-profissional;

IV – a proteção e o incentivo às manifestações desportivas de criação nacional.

§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.

§ 2º A justiça desportiva terá o prazo máximo de sessenta dias, contados da instauração do processo, para proferir decisão final.

§ 3º O Poder Público incentivará o lazer, como forma de promoção social.

Assim, o Desporto é visto na Constituição como um direito social e, por conseguinte, como aponta Barros Junior (2010, p. 13): “O Direito Constitucional Desportivo coloca o Desporto com um Direito Fundamental, relacionando-o diretamente com os Direitos Fundamentais ao lazer, ao trabalho e à educação”.

Neste diapasão, vê-se o tratamento especial ao Direito Desportivo trazido pela Constituição Federal de 1988, como “o direito de cada um”. A questão também denota a possibilidade de interveniência do Estado nas relações desportivas, no que, consoante Barros Júnior (2010, p. 3):

Assim o desporto passou a ser juridicamente regulado. A infante disciplina “Direito Desportivo”, ao surgir, notadamente após os ditames da Carta Magna de 1988, causou grande impacto, posto que passou a regular o comportamento jurídico entre as Entidades Administradoras do Desporto – EAD (Confederações e Federações), entidades de práticas desportivas (clubes), torcedor, atleta e o papel do Poder Público, notadamente como fonte de fomento e instrumento de fiscalização.

Neste sentido, Melo Filho (2007, p. 36) aponta que “a constitucionalização da Justiça Desportiva se fez necessária devido ao crônico congestionamento da Justiça Estatal que, por regra geral, perturba o normal andamento, a continuidade e a dinâmica da disputa, trazendo mais problemas que soluções”, o que se coaduna com o entendimento de Theodoro Júnior (2017) acerca do papel dos Tribunais de Arbitragem, que, para ele, foram instituídos justamente com o intuito de “desatolar” o Poder Judiciário.

A natureza pública bem como a garantia e ressalva das disposições concernentes ao exercício do esporte impunha uma prestação estatal, mesmo que indireta, pois, segundo Bahia (2017, p. 105):

O Estado, mesmo em relação aos direitos fundamentais de caráter clássico, individuais, que eram vistos tradicionalmente como direitos a uma abstenção, deve agir, manifestando-se objetivamente para proteger o direito diante de ameaças vindas de terceiros.

É aí que se depreende a análise jurídico-interpretativa dada ao Estado Democrático de Direito, pois a partir do momento em que o Desporto é posto como um direito social, enquadrado no rol dos direitos fundamentais, este passa a ser, de certa forma, proteção especial em relação aos demais direitos.

Pela análise do art. 217 da Constituição vê-se também que para a resolução dos conflitos relacionados ao exercício das práticas desportivas é necessário recorrer à Justiça Desportiva, não alternativamente, mas como requisito à propositura de ação na esfera estatal, conforme §3 do referido artigo, que prevê: “§ 1º O Poder Judiciário só admitirá ações relativas à disciplina e às competições desportivas após esgotarem-se as instâncias da justiça desportiva, regulada em lei.” (BRASIL, 1988).

Outro questionamento apontado por Melo Filho (2007) é que existe uma evidente falta de preparação da Justiça Comum para o tratamento das questões jurídico desportivas que exigem dos julgadores o conhecimento e vivência específica das normas e práticas desportivas, posto que não estão familiarizados com as variações e peculiaridades dos regramentos desportivos. Inferem-se nesta primeira parte, as noções jurídicas peculiares ao Estado Democrático de Direito.

Além das previsões constitucionais, normas infraconstitucionais também dispunham sobre o direito ao desporto, práticas desportivas e a justiça desportiva. Especificadamente sobre o objeto da pesquisa, a Justiça Desportiva surgiu com os

ditames do Texto Constitucional de 1988, até então com o status constitucional e previsão especial.

Conforme dicções anteriores, o art. 217 da constituição, além de oferecer proteção ao desporto como forma de promoção social, deu prazo (sessenta dias) para julgamento e condicionou o acesso à justiça ao esgotamento das vias na justiça desportiva. Diante disso, as regulações infraconstitucionais surgiram com o intuito de aprimorar, aplicar e classificar a previsão constituinte, assim, verifica-se que só serão admitidas eventuais ações no âmbito da jurisdição do Estado após o esgotamento efetivo das instâncias desportivas.

Cumpre-se destacar a Doutrina tradicional classifica a Constituição Federal de 1988 no sentido jurídico e político, nos quais o legislador subdividiu para o cumprimento dos escopos constitucionais e deveres do Estado.

Não obstante, o sentido jurídico é caracterizado pelo pressuposto lógico entre os fundamentos do direito transcendentais ao homem e à sociedade, de que as leis são válidas e devem ser obedecidas, quando forem editadas por um processo regular democrático. Tal teoria foi desenvolvida por Kelsen (1996, apud BAHIA, 2017, p.) na obra “Teoria Pura do Direito”<sup>2</sup>, sendo a Constituição e as leis analisadas com objetividade e exatidão, de forma a separar o direito de outras verificações filosóficas, sociológicas etc. Visando alcançar essa finalidade, o eminente jurista (Kelsen) propôs como regra metodológica principal “a extração de qualquer conteúdo valorativo com a norma, com a finalidade de garantir autonomia científica para a disciplina jurídica que, segundo ele, vinha sendo, ao longo dos anos, deturpada pelos estudos sociológicos, filosóficos e políticos” (BAHIA, 2017, p. 43).

Já na concepção política, o prisma que a orienta é o político, significa dizer que o legislador constituinte além de dispor normativamente, busca-se o fundamento da constituição na decisão política fundamental que antecede a elaboração da constituição, como aquela decisão sem a qual não se organiza ou funda um estado. De acordo com Schmit (1992) a constituição seria uma decisão política fundamental que comporta matérias como a estrutura dos órgãos do Estado, direitos individuais, dentre outros.

Destarte, a própria Justiça Desportiva é um exemplo do sentido político. Observa-se que o legislador constituinte se preocupou em colocar o desporto no

---

<sup>2</sup> KELSEN, Hans. Teoria Pura do Direito. 8. Ed. São Paulo: Saraiva, 2009

mesmo patamar dos direitos sociais básicos como educação e saúde e, de igual modo, preconizou que os conflitos relacionados ao exercício das práticas desportivas seriam resolvidos, ordinariamente, pela Justiça Desportiva.

Como de plena concepção jurídica, essa vinculação demonstra o interesse do Estado o desporto, atribuindo um ônus à Justiça Desportiva que nenhum outro instituto possui.

Ademais, imperioso é de se destacar que, consoante Mello Filho (2007), a Justiça Desportiva não exerce jurisdição (administrativa ou judicial), sendo considerada pela doutrina desportiva como inexistente e fruto de uma mera relação contratual.

### 1.3 PROCESSO LEGAL E PROCESSO JUSTO

O processo sofre uma série de influências de fatores externos à técnica processual, assim, a doutrina clássica estabeleceu características nas quais se vinculam a relação jurídico-processual correlacionada a essa ordem cronológica de fatores denominados fenomenologia processual. Diante disso, é que se tem os conceitos de processo legal e processo justo.

Marinoni (2008) traz que o processo é um instrumento para o exercício da jurisdição, de modo em que se tem o direito de ação, manifestado pela jurisdição e exercido com o processo.

Nesse diapasão, o processo legal ou devido processo legal é o direito que o indivíduo tem de, antes de quaisquer sanções, ser submetido ao instrumento do exercício da jurisdição do Estado.

Concorda-se com Didier (2015, p. 64) quando defende que:

[...] até mesmo nas normas jurídicas particulares, criadas pelos indivíduos a partir do seu poder de autorregramento, direito fundamental conteúdo do direito à liberdade. Neste sentido, exige-se também o respeito ao devido processo legal no âmbito das relações particulares.

Nota-se que, de acordo com essa corrente doutrinária, todos os direitos seriam amparados pela jurisdição estatal sendo o respeito ao devido processo legal imprescindível para todas as relações, até mesmo aos particulares.

Na completude do inciso LIV do artigo 5º da Constituição Federal (BRASIL, 1988) que prevê: “ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido

processo legal” o devido processo legal constitui uma garantia fundamental do indivíduo.

Vale dizer, o conteúdo do devido processo legal abarca uma série de outros elementos normativos que derivam do sistema constitucional brasileiro, como afirma Didier (2015, p. 66):

É preciso observar o Contraditório e Ampla defesa (art. 5º, LV, CF/1988) e dar tratamento paritário às partes do processo (art. 5º, I, da CF/1988); proíbem-se provas ilícitas (art. 5º, LVI, CF/1988); o processo há de ser público (art. 5º, LX, CF/1988); garante-se o juiz natural (art. 5º, XXXVII e LIII, CF/1988); as decisões não de ser motivadas (art. 93, IX, CF/1988); o processo deve ter uma duração razoável (art. 5º LXXVIII, CF/1988); o acesso à justiça é garantido (art. 5º, XXXV, CF/1988) etc. Todas essas normas (princípios e regras) são concretizações do devido processo legal e compõem o seu conteúdo mínimo.

Já o processo justo representa o tratamento constitucional dado ao processo, sob perspectiva atual dada ao instrumentalismo processual e, diferente do devido processo legal que frisa sobre as garantias processuais, aplica-se a prevalência da observância ao cumprimento ao teor legal prescrito pela ordem jurídica a partir da Constituição Federal de 1988.

Tem-se que “A dimensão conquistada pelo direito constitucional em relação a todos os ramos do direito e na própria hermenêutica jurídica mostra-se particularmente intensa no que diz respeito ao processo” (OLIVEIRA, 2003, p. 250) Destaca-se:

O processo, na sua condição de autêntica ferramenta de natureza pública indispensável para a realização da justiça e da pacificação social, não pode ser compreendido como mera técnica, mas, sim, como instrumento de valores e especialmente de valores constitucionais, impõe-se considerá-lo como direito constitucional aplicado.

O processo justo representa o cumprimento das garantias constitucionais, de natureza material, durante o decorrer da fenomenologia processual, assim, o juiz após interpretar a lei deve escolher aquela interpretação que outorgue maior efetividade à Constituição (MARINONI, 2006).

Na sua aplicação, apesar da nomenclatura, o justo não representa as normas de caráter subjetivo, mas sim objetivamente à lei, já que, para Theodoro Júnior (2014, p. 189):

O processo justo deverá proporcionar a efetividade da tutela àquele a quem corresponda a situação jurídica amparada pelo direito, aplicado à base de critérios valorizados pela equidade concebida, sobretudo, à luz das garantias e dos princípios constitucionais.

Ainda, é de importância destacar o entendimento de Theodoro Júnior (2014, p. 190) que conclui sobre a essência do processo justo:

Proporcionar justiça, em juízo, consiste, nada mais nada menos, que (i) distribuir igualmente “as limitações da liberdade”, para que todos tenham protegida a própria liberdade; e (ii) fazer com que, sem privilégios e discriminações, seja dispensado tratamento igual a todos perante a lei.<sup>62</sup> Na verdade, a garantia de justiça traça “uma diretriz suprema”, projetada pelos sistemas jurídicos “para figurar no subsolo de todos os preceitos, seja qual for a porção da conduta a ser disciplinada”.<sup>63</sup> No universo dos princípios, nenhum outro o sobrepuja, justamente porque todos trabalham em função dele, o qual, em última análise, se apresenta como um valor síntese, ou um “sobre princípio fundamental, 190/2632 construído pela conjugação eficaz dos demais princípios.

Dessa forma, a partir do momento de que se parte do pressuposto que até mesmo nas relações particulares devem ser respeitadas as garantias processuais especificamente ligadas ao devido processo legal e ao processo propriamente dito, além disso, das garantias materiais que derivam do Texto Constitucional, como acima citadas (contraditório/ampla defesa, motivação das decisões, direito à liberdade, igualdade etc) é que, sistemicamente, essa aplicação passa a ser obrigatória em todas as relações em que há julgamento de interesses. Neste caso, passa-se a analisar esses pontos sobre a Justiça Desportiva. É, pois, o desporto considerado um direito fundamental, majoritariamente.

Portanto, se analisado sobre essa perspectiva publicista do processo justo, sistemicamente, não seria possível assegurar a plena efetividade, a própria justiça (considerando o ideal de processo justo supramencionado) e o respeito às garantias fundamentais da Constituição, nos processos tramitados sobre a Justiça Desportiva, pois, da mesma forma que o legislador constituinte atribui o ônus de julgador ao órgão desportivo (art. 217, §1, CF/1988), este diz-se autônomas às entidades privadas (art. 5º, XVIII, CF/1988), sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento. Logicamente, em setores específicos em que o Estado não tem controle, não é assegurado o devido processo legal ou processo justo.

Neste sentido, assevera Barros Junior (2010, p. 6502):

Como mencionado alhures, a Constituição assegura a autonomia das Confederações, Federações, Ligas e Clubes, quanto a sua organização e funcionamento, em regra não permitindo a interferência de terceiros, nem mesmo do Estado. Esta prerrogativa é considerada o centro nervoso do sistema desportivo nacional.

Fato é, o vácuo legal ou a ausência de regulação específica de acordo com os ditames da Constituição é encarada pela doutrina como o principal problema à

usurpação de direitos, ao ponto em que Mello Filho (1995, p. 38) aponta a autonomia das entidades desportivas como a “medula espinhal” do esporte, aduzindo que: “a autonomia desportiva, desde o advento da Carta Federal de 1988, tem gerado muitas contenda judiciais e controvérsias extrajudiciais, além de enfoques emocionais e distorcidos, conquanto inúmeras mutações estatutárias” criadas com amparo nessa concepção constitucional, exatamente quando faltava um quadro legal-normativo adequado e ajustado aos princípios desportivos da Constituição.

Neste Sentido, Bourdens (2002) assevera que em que pese o princípio da autonomia e, conseqüentemente, a revogação automática de uma legislação autoritária e paternalista, as entidades desportivas mantiveram a tradicional estrutura desportiva após a Constituição Federal de 1988, mesmo que, com apoio da mídia televisiva que explora comercialmente a transmissão dos jogos desportivos em âmbito nacional e internacional, o espetáculo desportivo vinha se transformando rapidamente numa atividade econômica, numa indústria de entretenimento, em que a competição é apenas um pretexto para a obtenção de resultados financeiros e em que as “normas gerais sobre desportos”, estabelecida no artigo 217, I, da CF/88, são ditadas mais pelo mercado financeiro do que pelas entidades desportivas ou do poder público.

A ausência de atribuição jurisdicional à Justiça Desportiva e ausência de regulação específica é vista como um problema e evidência uma inconsistência jurídica caracterizada pela incongruência com os escopos constitucionais, sob essa perspectiva.

Sugere-se, portanto, que tal inconsistência caracterizaria um ferimento à: a) segurança jurídica, pois não se tem definição legal ou lei que ampare; b) processo justo ou processo legal, haja vista não serem respeitados os direitos inerentes à tutela material constitucional e; c) interesse público, tendo em vista que dada a autonomia das entidades desportivas o interesse particular pode, muitas vezes, se sobrepor ao interesse público. Tudo isso analisado sobre os ideais do Estado Democrático de Direito.



## 2 A INSTITUIÇÃO JURÍDICA JUSTIÇA DESPORTIVA

À guisa de todas as medidas legais que visam dar efetividade às relações sociais, tendo o Estado o papel essencial no cumprimento e manutenção da ordem pública se substituindo na pessoa dos particulares vinculados por um “contrato social” a Justiça Desportiva surgiu no ordenamento jurídico.

Como instituição jurídica, a Justiça Desportiva tem o papel de julgador e representa justamente o terceiro vinculado ao contrato desportivo, sobretudo, como agente garantidor das vontades e ordem contratual. Assim, tem-se que as características são simplesmente dirimir conflitos e manter a harmonia na situação em que exerce as atividades, neste caso, no âmbito desportivo ou do direito desportivo.

Inicialmente é interessante destacar a necessidade de entender o objeto jurídico sobre o qual se vincula a atividade desenvolvida no instituto estudado para uma maior elucidação a respeito, de modo em que passa-se a considerar Desporto como “a manifestação humana de competição simbólica realizada por meio da atividade física (corporal e mental), praticada socialmente e estruturada sobre um conjunto de regras” (QUADROS, 2007, p. 219), ou seja, é a prática de determinada atividade que requer mais destreza física, com observância a regras específicas.

Vale dizer, “desporto” e “esporte” não são sinônimos, pois o primeiro está ligado a conduta humana de praticar um esporte, já o segundo é justamente a modalidade/escolha a qual fica vinculada essa prática.

O Desporto tem-se como a prática esportiva “compromissada” com as regras técnicas específicas do esporte exercido e pressupõe uma regulação jurídica, porém nem sempre estará fundado com o intuito de competição (BARROS JÚNIOR, 2010, s. p.).

Mello Filho (2007, p. 49) traz o *status* legalista do desporto como criatura da lei, afirmando ser o desporto justamente o fruto da regulação jurídica supracitada. Em suas palavras:

O desporto é, sobretudo, antes de tudo, uma criatura da lei, pois, sem o direito, o desporto carece de sentido, porquanto nenhuma atividade humana é mais regulamentada que o desporto. Com efeito, “regras do jogo”, “Códigos de Justiça Desportivas”, “regulamentos técnicos de competição”, “leis de transferências de atletas”, “estatutos e regulamentos de entes desportivos”, “regulamentação de doping”, atestam que, sem regras e

normatização, o desporto torna-se caótico e desordenado, à falta de regras jurídicas para dizer quem ganha e quem perde.

A partir de que o Desporto passou a ser “juridicamente regulado” e assegurado como disposição declaratória constitucional, a justiça desportiva e demais institutos e regramentos foram abordados com maior ênfase, no sentido de questionar acerca da participação do Estado em um contexto geral, dada a natureza autônoma da disciplina Direito Desportivo, com regime jurídico próprio e a mesclagem de do Direito Público e Privado. É o que afirma Shimitt (2002, p. 3):

[...] surge o regime jurídico administrativo embasado na “composição de elementos, sob perspectiva unitária, denominado sistema. Um sistema coerente, lógico e harmônico de elementos em todo unitário, integrado em uma realidade maior”.<sup>2</sup> Nesse panorama sistêmico, que emprestamos do Direito Administrativo, é que se pretende fundamentar a existência do Direito Desportivo a partir de um determinado regime jurídico, o regime jurídico desportivo.

Essa dinamicidade que leva a concluir que o Direito Desportivo, analisado sistemicamente com os demais ramos do direito, far-se-á sob a perspectiva lógica, coerente e harmônica, que possui uma identidade única de seu Regime Jurídico, sendo denominado regime jurídico desportivo.

Melo Filho (1986, p. 12) aduz que o Direito Desportivo “é o conjunto de técnicas, regras, instrumentos jurídicos sistematizados que tenham por fim disciplinar os comportamentos exigíveis na prática dos desportos em suas diversas modalidades”.

Desta feita, é com o regime jurídico do Direito Desportivo que se passa a verificar o surgimento e conseguinte natureza jurídica da Justiça Desportiva, pois trata justamente das atividades do desporto e, como citado acima, regula-se ora por normas de ordem pública, ora por normas de natureza privada, todavia há preponderância do direito privado.

Consoante Rosignoli (2015, p. 22) que:

O Direito Desportivo é, assim, um ramo complexo e que se reveste de caráter multidisciplinar, transcendendo a barreira jurídica e indo de encontro às ciências sociais e até mesmo às exatas. Pode-se considerá-lo gênero da família Direito, que possui várias espécies [...]

Logo, esta dialeticidade permite possível a correlação interpretativa de áreas jurídicas específicas sob a égide do Direito Desportivo, sendo Direito Desportivo do Trabalho, Direito Desportivo Empresarial, Direito Desportivo Internacional, entre outros. Englobando também, a Justiça Desportiva.

É diante dessa análise relacionada à aplicação do Direito Desportivo e seus institutos, que se busca, em uma interpretação sistêmica, evidenciar o aspecto normativo e tratamento jurídico dado à Justiça Desportiva. Não obstante, o mesmo tratamento híbrido ou *sui generis* dado à unicidade do Direito Desportivo, é que se influi na Justiça Desportiva, sendo objeto de questionamentos.

Acerca das atribuições e funcionamento, trata Bourdens (2015, p. 13):

A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, devem ser definidas em códigos desportivos (art. 50 *caput*).

Em tese, deve haver um código para cada modalidade esportiva. Assim, o Código do Futebol Profissional, Código do Futebol Não-profissional, Código da Peteca Profissional, Código da Peteca Não-profissional, e assim por diante. Nada disso existe hoje, até porque, ao preceituar a elaboração de novos códigos de Justiça Desportiva, o Legislador esqueceu-se de esclarecer a quem compete elaborá-los.

Quanto ao sistema de jurisdição brasileiro, assevera Felipe Filho (2010) que no Brasil é adotado o sistema de Jurisdição única, também denominado como sistema francês (*civil law*) em que opera-se sem o sistema administrativo de jurisdição e, no que se diferem:

A peculiaridade, a distinguir ambos sistemas não se assenta apenas na competência especializada, mas também no aspecto jurisdicional. Afinal, os Tribunais Administrativos desenvolvem atividade jurisdicional, todavia, desconectados da hierarquia judicial ordinária (FILHO, 2010, p.1).

Verifica-se, portanto, que no âmbito desportivo há uma dinamicidade ou correlação entre os demais ramos do direito para a sua aplicação prática.

A matéria relacionada ao desporto é muito específica, ao ponto em que os doutrinadores sugerem que aí vem o papel de importância da Justiça Desportiva, pois há casos em que só é possível a análise com o conhecimento específico da modalidade, forma, regras do jogo ou regulamentos especiais condizentes à cada modalidade esportiva em si.

Desta feita, entende-se sobre o que se trata o instituto jurídico Justiça Desportiva, suas finalidades e elementos essenciais que compõe sua estrutura. Posto isso, importante se faz contextualizar sua inserção no ordenamento jurídico brasileiro e os influxos históricos que encaminharam para a atualidade.

## 2.1 A DISPONIBILIDADE DO EXERCÍCIO DAS PRÁTICAS DESPORTIVAS E A (IM)POSSIBILIDADE DE INTERVENÇÃO ESTATAL NAS RELAÇÕES PRIVADAS

Sob a perspectiva privatista, todos aqueles bens dos quais a pessoa possa dispor pode ser objeto de uma deliberação contratual, com exceção àqueles de caráter especial que gozam de proteção legal, considerados indisponíveis, a exemplo da liberdade ou da vida (VENOSA, 2008).

Segundo Miranda (1984, apud VENOSA, 2008) a transação consiste no negócio jurídico bilateral, celebrado em concessões recíprocas entre as partes visando à eliminação de controvérsias sobre o conteúdo, a extensão, a validade ou a eficácia de uma relação jurídica de direito material.

Destarte, o entendimento sedimentado na doutrina clássica é de que não seriam possíveis transações que envolvessem direitos indisponíveis, por força de proteção legal. Assim como afirma Venosa (2008, p. 4):

Assim, nos termos do art. 841, não podem ser objeto de transação os direitos não patrimoniais e os de natureza pública. Pode transigir quando expressamente autorizado por lei ou regulamento. Os direitos indisponíveis, direta ou indiretamente, afetam a ordem pública.

Todavia, em que pese a dominância do entendimento na doutrina clássica, a classificação moderna trata ser possível mediante o preenchimento de requisitos específicos e o que, antes era imperativo, passou a ser discutido pela doutrina moderna, sobretudo após a vigência da Lei 13.140, de 23 de julho de 2015, que passou a dispor sobre a possibilidade de transação, nos tribunais de arbitragem, de direitos indisponíveis. O texto da lei é bem claro nesse sentido:

Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação.  
§ 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.  
§ 2º O consenso das partes envolvendo direitos indisponíveis, mas transigíveis, deve ser homologado em juízo, exigida a oitiva do Ministério Público.

Assim, a lei de arbitragem passou a ser tratada como uma inovação jurídica nesse sentido, pois o entendimento do legislador se fundou da forma em que: se o direito for indisponível, porém transigível, há a possibilidade de transação (MELO FILHO, 2007).

É nessa linha que se argumenta a teoria privatista sobre a possibilidade de vinculação, junto a Justiça Desportiva, de matérias afetas à direitos básicos do atleta

profissional ou clube como o direito a praticar o desporto profissional compromissado, além de casos mais complexos como a vedação de contratação por abuso de poder econômico, sendo um direito do clube/empregador neste caso contratar.

## 2.2. A AUTONOMIA DAS ENTIDADES DESPORTIVAS E A FORÇA VINCULANTE DOS CONTRATOS DESPORTIVOS

Como visto alhures, a Justiça Desportiva exerce uma atividade de interesse público, ainda que seja uma entidade de direito privado.

Na estrutura jurídica desportiva, temos uma subdivisão similar à da Justiça comum, pois a legislação desportiva obriga a existência das comissões disciplinares, Tribunais Desportivos e do Supremo Tribunal Desportivo – STJD, além disso, há Cortes Desportivas Internacionais nas quais o atleta/clube/árbitro pode recorrer, de acordo com o Portal Conselho Nacional de Justiça (CNJ)<sup>3</sup>:

Comissões Disciplinares: porta de entrada da Justiça Desportiva, as comissões disciplinares são entes judicantes de primeira instância dos tribunais desportivos, às quais cabe processar e julgar infrações disciplinares. Cada comissão é formada por cinco integrantes. Tribunais de Justiça Desportiva (TJD): são órgãos que analisam recursos relativos a decisões das comissões disciplinares. Julgam originariamente causas de competições municipais, regionais ou estaduais. O Pleno desses tribunais é composto por nove integrantes, nomeados da seguinte forma: dois indicados pela entidade regional ou estadual de administração de desporto; dois indicados pelas entidades de prática desportiva que participem da principal competição da entidade regional ou estadual de administração do desporto; dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois representantes dos atletas e um representante dos árbitros. Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD): ente máximo da justiça desportiva brasileira. Julga apelações de casos julgados pelos tribunais de Justiça Desportiva. Cada modalidade tem seu próprio STJD, que sempre está ligado à entidade máxima do esporte, como a Confederação Brasileira de Futebol (CBF) ou a Confederação Brasileira de Voleibol. A composição do Pleno desse tribunal O Pleno desses tribunais é composto por nove integrantes, nomeados da seguinte forma: dois indicados pela entidade regional ou estadual de administração de desporto; dois indicados pelas entidades de prática desportiva que participem da principal competição da entidade regional ou estadual de administração do desporto; dois advogados indicados pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil; dois representantes dos atletas e um representante dos árbitros.. Os integrantes são nomeados para mandatos temporários, com prazos que variam de acordo com a modalidade que representam. Os membros não podem pertencer aos quadros de qualquer entidade desportiva e é exigido que tenham notório saber jurídico na área desportiva.

---

<sup>3</sup> Conteúdo acessado *online* no dia 07/06/2018 por meio do link:  
<<http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/85117-cnj-servico-o-que-faz-a-justica-desportiva>>

Entretanto, para cada esporte praticado há um Tribunal Desportivo respectivo, pois materialmente este fica vinculado às normas únicas de cada regramento com características únicas de cada esporte, o que significa dizer que o compromisso estabelecido muda de acordo com a modalidade profissional (ROSIGNOLI, 2015).

Deste modo, a partir do momento em que o clube, atleta, comissão etc. resolvem participar de determinada competição, previamente há um acordo nas quais ficam submetidas as regras do jogo e da competição, assim como situações mais complexas como a subdivisão dos lucros, escolha da comissão de arbitragem e doping, e eventuais punições aos participantes em situações específicas.

Quando o membro (clube/atleta/confederação) adere à determinada competição, logicamente, há uma vinculação material ao cumprimento de uma série de obrigações, sejam elas de fazer, não fazer, dar coisa certa etc. Caso isso não ocorra, devem ser julgados pelas comissões disciplinares, em primeira instância, e, em instância recursal, pelo Tribunal de Justiça Desportiva (se instituído), responsável pelo desporto na sua região, podendo, eventualmente, apelar ao STJD – Superior Tribunal de Justiça Desportiva. A título exemplificativo, o art. 28 do Código Disciplinar Esportivo do Futebol prevê:

Art. 28. Os órgãos da Justiça Desportiva, nos limites da jurisdição territorial de cada entidade, têm competência, observadas as disposições especiais deste Código, para processar e julgar as infrações disciplinares praticadas por pessoas físicas ou jurídicas direta ou indiretamente subordinadas à Confederação ou a serviço de qualquer entidade e para processar e julgar os litígios entre associações e seus atletas, entre entidades dirigentes e atleta, entre associações, entre entidades dirigentes e entre estas e associações.<sup>4</sup>

Trata-se de uma previsão em uma norma privada respaldada na autonomia das entidades desportivas, o artigo supra ampliou os limites de atuação da Justiça Desportiva e sua competência, de modo em que esta passou a ter maiores atribuições na sua esfera de julgamento.

Todavia, salienta-se, novamente, que a relação entre o membro desportista com as entidades de administração do desporto é meramente contratual, pois, conforme afirma Resende (2010, s.p.):

A relação jurídica entre os atletas e entidades de prática desportiva, com os Tribunais de Justiça Desportiva é, em sua essência, contratual e exsurge dos pactos firmados entre os clubes e atletas com suas respectivas

---

<sup>4</sup> Conteúdo disponível em: < <http://www.esporte.gov.br/arquivos/cejd/arquivos/CBJD09032015.pdf>> acesso em 26/06/2018

entidades de administração do desporto (v.g Confederações e Federações), que propiciam sua participação nas competições oficiais.

Não devemos deixar de mencionar, sem, no entanto, querer complicar, que os Tribunais de Justiça Desportiva possuem natureza privada, quando atrelados à entidade de administração do desporto com natureza de pessoa jurídica de direito privado (art. 16 da LGSD), mas também podem ostentar natureza pública, quando ligados às competições promovidas pelo Poder Público.

Destarte, conforme o supramencionado, a vinculação entre os atletas com a Justiça Desportiva é oriunda de uma relação contratual específica correlacionada às normas dos jogos e competições nas quais pratica.

Venosa (2005) explica que com a evolução do Direito Romano o Ordenamento Jurídico passou a reconhecer contratos inominados e outros com características únicas, partindo-se a partir de então a obrigatoriedade de todo o pacto de vontades.

Observa-se, assim, que o contrato desportivo nada mais é que um acordo de vontades de natureza singular, relacionado às regras desportivas, nas quais ficam adstritas obrigações às pessoas contratantes, com uma característica única que o diferencia dos demais contratos, que é justamente a escolha do Órgão Julgador para a solução de conflitos relacionados, pois a Justiça Desportiva tem como de sua competência uma atribuição constitucional e serve como regra de foro competente para todos os contratos desportivos.

O artigo 50 da Lei 9.615 de 1998 (Lei que dispõe sobre normas gerais sobre o desporto) trata sobre a possibilidade das próprias ligas ou eventos desportivos constituírem seus próprios órgãos judicantes desportivos e estabelece as punições as quais se sujeitam:

Art. 50. A organização, o funcionamento e as atribuições da Justiça Desportiva, limitadas ao processo e julgamento das infrações disciplinares e às competições desportivas, serão definidos nos Códigos de Justiça Desportiva, facultando-se às ligas constituir seus próprios órgãos judicantes desportivos, com atuação restrita às suas competições. (Redação dada pela Lei nº 12.395, de 2011).

§ 1º As transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator a:

- I - advertência;
- II - eliminação;
- III - exclusão de campeonato ou torneio;
- IV - indenização;
- V - interdição de praça de desportos;
- VI - multa;
- VII - perda do mando do campo;
- VIII - perda de pontos;
- IX - perda de renda;
- X - suspensão por partida;
- XI - suspensão por prazo.

§ 2º As penas disciplinares não serão aplicadas aos menores de quatorze anos.

§ 3º As penas pecuniárias não serão aplicadas a atletas não-profissionais.

§ 4º Compete às entidades de administração do desporto promover o custeio do funcionamento dos órgãos da Justiça Desportiva que funcionem junto a si. (Incluído pela Lei nº 9.981, de 2000)

§ 5º A pena de suspensão de que trata o inciso XI do § 1º deste artigo não poderá ser superior a trinta anos. (Incluído pela Lei nº 13.322, de 2016)

Assim, verifica-se que as transgressões relativas à disciplina e às competições desportivas sujeitam o infrator as medidas sancionatórias descritas na lei, o que, novamente, representa a unicidade da justiça desportiva, pois diferente do vínculo contratual comum, neste caso, as penas são fruto de uma taxatividade legal que discrimina em que pontos esta se submete.

Neste caso, a gradação do *quantum* indenizatório em caso de descumprimento de uma medida acordada na competição, por exemplo, incumbirá à Justiça Desportiva respectiva, originariamente. E, após esgotadas as vias do órgão desportivo, aí é que se tem a possibilidade de serem discutidas judicialmente.

Dinamarco (2010) defende que uma sociedade de consumo massificada amplia significativamente o universo de pretensões jurisdicionalizáveis e criam um contingente de demandas que supera significativamente a estrutura judiciária, constatando que a massificação dos litígios no Brasil se liga a situações econômicas.

Em outro ponto, Amaral (2012) constata que os mesmos “tsunami de ações judiciais” relativamente à

(i) privatização dos serviços públicos e universalização desses serviços, (ii) responsabilidade do Estado por ‘não honrar com as próprias dívidas’ e pelos malfadados planos econômicos, (iii) ao assistencialismo da justiça gratuita e (iv) ‘quase inimputabilidade dos contumazes litigantes de má-fé’ (AMARAL, 2012, p. 196).

Theodoro Júnior (2014, p. 23) defende que há uma constante busca em dar efetividade à tutela jurisdicional, com tentativas frustradas e eventualmente práticas as quais o Estado corriqueiramente busca dar solução ou “disfarçar” os problemas decorrentes de sua ineficácia e má administração.

As reformas por que vem passando o direito processual civil, entre nós, refletem uma tomada de posição universal cujo propósito é abandonar a preocupação exclusiva com conceitos e formas, “para dedicar-se à busca de mecanismos destinados a conferir à tutela jurisdicional o grau de efetividade que dela se espera”.<sup>22</sup> Hoje, o que empolga o processualista comprometido com o seu tempo é o chamado “processo de resultados”. Tem-se a plena consciência de que o processo, como instrumento estatal de solução de conflitos jurídicos, “deve proporcionar, a quem se encontra



em situação de vantagem no plano jurídico-substancial, a possibilidade de usufruir concretamente dos efeitos dessa proteção.

Destarte, ao invés de fixar-se na excessiva independência, outrora proclamada pelo direito processual, a atual interpretação dada ao sistema jurídico-processual-civil, condizente à instrumentalidade do processo, empenha-se na aproximação do processo ao direito material. Verifica-se que as formas de resolução de conflitos, técnicas processuais e, logicamente, a legislação processual vem caminhando para a adaptação neste sentido, sendo que a técnica processual não está mais sendo vista como um fim em si ou um valor em si mesma (THEODORO JÚNIOR, 2014).

Seria, por óbvio, uma atividade onerosa, com o uso de taxas e custos, ao Estado dispondo de uma justiça criada especialmente para tais feitos, ou preparando os magistrados especificadamente àquela matéria. Dessa forma, é que Mello Filho (2007, p. 37) afirma:

Estes exemplos de ‘desnaturalização do fundamento das sanções desportivas’ permitem inferir que grande parte dos órgãos da justiça comum em todo o mundo padecem da ‘ignorância dos juízes ante as realidades do mundo desportivo, lentitude e morosidade da máquina judicial, e sobre a inadequação das formas do direito estatal e as particularidades da atividade desportiva’.

Abstrai-se, portanto, a função “desnaturalizadora” da Justiça Desportiva que pressupõe uma morosidade ou falta de preparação por parte da justiça comum quando no julgamento das causas relacionadas ao exercício das práticas desportivas.

E é justamente com essa linha de raciocínio que Theodoro Júnior (2014) descreve os meios alternativos para a solução de conflitos quando define que “o provimento jurisdicional conjugará a norma legal com as particularidades do caso concreto e, sobretudo, a otimizará mediante sua harmonização com os valores, princípios e regras da Constituição” sendo, neste caso, o instituto estudado, uma “medida de harmonização” a fim de viabilizar uma prestação de tutela jurisdicional efetiva.

Com base nessa busca em dar efetividade à prestação jurisdicional, a conceituação dos meios alternativos para a solução de conflitos insurge-se justamente com o papel de dar solução ou (des) impactar às demandas excessivas sem a participação do Estado.

Não obstante, daí é que se verifica até que ponto são vinculados os contratos desportivos e, em tese, sua eficácia na relação jurídico-desportiva.

O que se põe à tona seria que essa submissão em nada prejudicaria o direito ao exercício do desporto propriamente dito, mas como uma medida assecuratória destinada a garantir efetividade e resolver o problema antes mesmo de submetê-lo à Justiça Pública.

Forma em que se pode, por fim, definir os principais pontos que evidenciam a importância da instituição jurídica Justiça Desportiva: A especificidade das normas de codificação desportiva correlacionada com a falta de conhecimento técnico específico sobre o tema e intensibilidade dos tribunais comuns no respectivo julgamento, segundo Mello Filho (2007, p. 37). Por outro lado, a inadequação da estrutura processual comum e jurisdição atual do Estado com as demandas desportivas. Em outras palavras, a necessidade de julgamento rápido *versus* morosidade, uma vez que os conflitos desportivos devem ser julgados rapidamente em razão da curta duração das competições, que emana de uma “medida de harmonização” para a prestação jurisdicional efetiva (JUNIOR, 2014, p. 269).

Mello Filho (2007) destaca que a Justiça Desportiva - prevista explicitamente no Texto Constitucional, estruturada na Lei Pelé e regulamentada pelo CBJD - tem o propósito de combater as três principais “pragas” do esporte: a violência, corrupção e dopagem. Em outras palavras, o sistema Jurisdicional Desportivo Brasileiro foi construído para fazer respeitar as leis dos jogos, dos regramentos técnicos e dos comportamentos éticos, em particular nos domínios da lealdade na competição e na verdade dos resultados desportivos, aplicando as sanções em casos de indisciplina e conflitos que envolvam atores desportivos, exigindo assim:

De outra perspectiva, o sistema esportivo jurisdicional deve responder, com rapidez e velocidade, para a crescente multiplicação de conflitos desportivos custos mínimos. Por outro lado, deve eliminar o fetichismo processual que faz

o processo esportivo em um fim em si mesmo, sob pena de torná-lo incapaz de não responder às aspirações dos interessados em esportes, significa pessoas, segmentos e entidades desportivas que têm um relacionamento ou interesses, ou são afetadas, direta ou indiretamente, pelas decisões do Tribunal de Esportes, exemplo, os fãs. A este respeito, o Ministro do Supremo Tribunal Federal Gilmar Mendes ressalta que muitas decisões de quadras esportivas são mais importantes que as resoluções do mais alto e supremo tribunal estadual, porque eles fazem parte do cotidiano da população brasileira sublinhar que, na adoção de procedimentos disciplinares e na resolução de conflitos competitivos pela esfera judiciária do esporte "é necessário aprender a navegar em um oceano de incertezas no meio de poucas ilhas de certeza ". E num contexto de complexidade,

vastidão e pluralidade de práticas exercido de forma profissional ou não profissional, é imposto Gerentes de Justiça esportiva fazem um exame mais frutífero e profundo de codificação *ius-sports*, sem esquecer a lição do Min. Carlos Ayres de Britto que "a vida vivida é muito mais romance do que a vida pensada pelo legislador", especialmente quando se trata de esporte. Da mesma forma, aqueles que exercício judiciário esportes não deve dar espaço para o "direito "jeitinho", impedindo "arranjos", "esquemas", casuísticas e manobras de todas as espécies para beneficiar atletas, líderes, árbitros e clubes, compromete as garantias inevitáveis das partes no processo desportivo ou distorce o real significado e escopo das provisões esportivas codificadas. Além disso, o grande desafio para todos aqueles que compõem a Justiça Esportiva é evitar que a razão exigida seja comprometida pela emoção inerente para o esporte, porque todo mundo quer decisões da justiça esportiva benevolente por seus interesses e demolição de rivais esportivos. A crescente interferência ou interferência da Justiça Comum nas questões estritamente esportes que "muitas vezes obedecem a preceitos de natureza diferente do puramente desportivo", corre o princípio da suficiência e exclusividade jurisdição das federações nacionais e internacionais que têm

Álvaro Melo Filho de sistemas próprios de resolução de ações judiciais e contencioso esportivo. Assim é fundamental que a Justiça Esportiva seja transformada em uma caixa de ressonância as expectativas dos segmentos, protagonistas e práticas esportivas, resultando e imperativo que a sua aplicação seja realizada de forma ágil, dinâmica, transparente e atenta à contemporaneidade dos problemas relativos à disciplina e às competições esportivas. Ainda é necessário que a Justiça Desportiva tenha agindo com flexibilidade, pluralismo e abertura, respeitando a singularidade de eventos esportivos e conflitos, os novos paradigmas *ius-esportivos* internacional e as ânsias da sociedade deportivizada. O Sistema Jurisdicional Deportivo do Brasil. (FILHO, 2007, p. 49)

Sendo assim, o entendimento doutrinário desportivo no sentido privatista, bastante discutido na doutrina jurídico-desportiva, defende que seria inviável adjudicar a resolução de conflitos diretamente ao Estado, tendo em vista fatores como o curto tempo das competições desportiva, a ausência de preparação do judiciário para tais julgamentos, dentre outros, o que justifica a interpretação dada aos vínculos contratuais desportivos. Trata-se, portanto, de um preceito que objetiva estimular e assegurar a prévia e saudável decisão domestica da controvérsia desportiva que, somente por exceção, transcende para o âmbito da justiça comum, pois, com os ânimos serenados e a emocionalidade desportiva dando lugar a racionalidade, o é mínima a porcentagem de demandas decididas na esfera da Justiça Desportiva que de esta desbordam e tem continuidade no Poder Judicial (MELLO FILHO, 2007).

Além disso, respaldada na função social do contrato desportivo, que de certa forma preenche finalidades que o Poder Público seria, em tese, incapaz de resolver pelos fatores expostos, é que se funda a ideia de que o sistema jurídico desportivo não padece de modificações estruturais para que tornem justas suas decisões, hipoteticamente falando.

### 3 SITUAÇÕES FÁTICAS E INDEFINIÇÃO JURÍDICA DO INSTITUTO

#### 3.1 OS JULGAMENTOS SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL E SUPREMO TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Sobre a Justiça Desportiva, mesmo diante das alterações supracitadas, não se fala muito sobre o papel essencial ou a natureza jurídica a qual está vinculada sua atividade, tão somente o artigo 82 que dispõe que os dirigentes, unidades ou órgãos de entidades de administração do desporto, inscritas ou não no registro de comércio, não exercem função delegada pelo Poder Público, nem são consideradas autoridades públicas, consoante defende Mello Filho (2007)

Institucionalmente, a justiça desportiva é composta por tribunais desportivos, cuja competência também encontra espeque no artigo 217 da Constituição de 1988. Tais tribunais compõem a justiça desportiva ou simplesmente 'tribunais de justiça desportiva' não estão elencados como órgãos do poder judiciário.

As entidades de administração do desporto, segundo definição da Lei n.º9.615/98, são pessoas jurídicas de direito privado (art. 16), enquanto os tribunais de justiça desportiva constituem unidades autônomas vinculadas a essas entidades de administração (art. 52). A justiça desportiva vinculada às entidades de administração do desporto, portanto, devem seguir a estrutura imposta pelos artigos 52 e seguintes da Lei n.º9.615/98.

Pode-se dizer, dessa forma, que a justiça desportiva é tratada como um órgão autônomo, privado e desvinculado ao poder judiciário, porém que exerce uma função diretamente atribuída pela Constituição Federal, o que, a par da estrutura constitucional, tratam de entidades únicas constantes no direito brasileiro (MEIRELLES, 1995).

Com base nisso, o Superior Tribunal de Justiça assentou o seguinte entendimento:

CONFLITO DE ATRIBUIÇÕES - TRIBUNAL DE JUSTIÇA DESPORTIVA - NATUREZA JURÍDICA - INOCORRÊNCIA DE CONFLITO. 1. Tribunal de JUSTIÇA DESPORTIVA não se constitui em autoridade administrativa e muito menos judiciária, não se enquadrando a hipótese em estudo no art. 105, I, g, da CF/88. 2. Conflito não conhecido. Origem: STJ - SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA Classe: CA - CONFLITO DE ATRIBUIÇÃO – 53 Processo: 1996.00.57234-8 UF: SP Órgão Julgador: SEGUNDA SEÇÃO Data da Decisão: 27/05/1998 Documento: STJ000220441 Fonte DJ DATA:03/08/1998 PÁGINA:66 Relator WALDEMAR ZVEITER Decisão Por unanimidade, não conhecer do conflito.

Vê-se que, o tratamento trazido pelo STJ é de que os tribunais desportivos são meramente privados e, na hipótese, preconizaram os Ministros pela não aplicabilidade do artigo 105, I, “g” da CF/88 que disciplina sobre a competência para processar e julgar conflitos de atribuições entre autoridades administrativas e judiciárias da União, ou entre autoridades judiciárias de um Estado e administrativas de outro ou do Distrito Federal, ou entre as deste e da União.

Dessa forma, entendeu o Supremo Tribunal de Justiça que sequer existe a possibilidade de discutir, mediante controle de constitucionalidade, os conflitos entre a justiça desportiva e autoridades judiciárias ou administrativas pertencentes ao quadro do Estado.

### **3.1.1 O Julgamento do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) – Caso Zveiter – Impossibilidade de Atuação dos Magistrados na Justiça Desportiva**

Em sentido totalmente contrário, em 2005 o CNJ editou a Resolução nº 10 que dispunha sobre a impossibilidade de atuação dos Juízes de Direito na Justiça Desportiva. A decisão teve efeito proibitivo e restritivo sobre a atuação dos magistrados, após ser levado em consideração o caso do Desembargador do Estado do Rio de Janeiro Luiz Zveiter que atuava como presidente do STJD (Superior Tribunal de Justiça Desportiva), denominado “Caso Zveiter”.

Nas justificações do voto, a maioria do Conselho entendeu que a Justiça Desportiva exercia uma função semi-pública e que, embora pessoa jurídica de direito privado, diante das disposições constitucionais a respeito das atividades do juiz concluiu que se enquadraria como uma função em sociedade civil, associação e afins, previsto no artigo 35, I da LOMAN.

O voto convergente do Ministro Alexandre de Moraes concluiu que:

Para os magistrados, a Constituição de 1988, seguindo o princípio da dedicação exclusiva, presumiu como regra a necessidade de tempo integral para o exercício da função judicante, vedando qualquer outro cargo ou função pública ou privada, e, em face da importância do Poder Judiciário, nem ao menos entendeu necessário diferenciar as situações remuneradas ou não remuneradas, mas sim impedir duplicidade de cargos ou funções de qualquer natureza, salvo de magistério, e desde que não prejudicasse sua atividade principal, pois como se referiu o Ministro SYDNEY SANCHES, “não mais que um cargo, para que não se exceda em aulas e descure dos deveres de Juiz” (Revista Trimestral de Jurisprudência dos Estados. V. 99, p.94). (...) Não me parece, portanto, possível a cumulação - remunerada ou não - do cargo de magistrado com membro da Justiça Desportiva Brasileira, por tratar-se de atividade administrativa, diferente da judicial e que com ela se choca (PONTES DE MIRANDA), por ter cunho privado e profissional, e,

consequentemente, não abrangida pela exceção do artigo 95, parágrafo único, inciso I, do texto constitucional.

Dessa forma, o entendimento do CNJ firmou o entendimento no sentido de que pelas características essenciais da Justiça Desportiva seria inviável que os magistrados atuassem em tal área, dada a natureza administrativa da função.

Assim, embora não haja previsão específica nesse sentido na Lei orgânica da magistratura – LOMAN – nem proibição expressa na Constituição, se consideradas as atribuições constitucionais inerentes ao cargo, bem como a previsão específica de impossibilidade de exercer função nas associações públicas, seriam os magistrados impedidos de atuar, pois a administração pública pauta-se na legalidade, conforme art. 37, *caput*, da Constituição Federal de 1988.

Nota-se que o tratamento para com a função desportiva, mesmo partindo-se do pressuposto de que os integrantes da justiça desportiva não possuem vinculação nenhuma com o poder público e que a justiça desportiva é uma pessoa jurídica de direito privado, o CNJ entendeu que não era permitido que os juízes cumulassem as atividades, como garantia de cumprimento de um juízo teoricamente imparcial e desvinculado a associações públicas. Fato é que as demais pessoas jurídicas de direito privado não possuem o mesmo tratamento, até quando se refere à uma função prestada a título gratuito, conforme defende Mello Filho (2007)

### **3.1.2 A Interpretação do Poder Legislativo em Âmbito Federal**

Em fevereiro de 2002 fora levantado um estudo pelo Poder Legislativo Federal a fim de buscar a definição do papel essencial da Justiça Desportiva no ordenamento jurídico brasileiro, no caso conhecido como CPI da CBF/NIKE, em que se criou uma comissão parlamentar com o intuito de verificar eventuais abusos de poder econômico cometidos pelas pessoas privadas no âmbito desportivo.

Outrossim, à época a consultoria legislativa da XV área do desporto, educação e lazer, trouxe pontos fundamentais que auxiliaram no parecer conclusivo da matéria objeto da discussão, bem como sobre a interpretação legislativa a respeito do tema.

Assim, é de se destacar que a institucionalização do desporto e a universalização das regras de jogo e dos regulamentos não aconteceram por força de alguma iniciativa ou intervenção do poder público, logo, tratam-se de estruturas

hierárquicas verticalizadas, em cujo topo figuram entidades internacionalmente reconhecidas de cada modalidade esportiva.

Sobre a recomendação legislativa, Bourdens (2002, p. 5), nesse caso, consultora legislativa responsável pelo estudo, descreveu que “a interferência do Estado na prática e na administração do desporto organizado e institucionalizado nunca foi motivada por razões ético-desportivas ou humanitárias”, mas sim porque as autoridades de plantão achavam que essa interferência era necessária para assegurar a prática disciplinada do desporto.

Em sentido contrário, tem-se a crítica doutrinária que pela característica privatista desportiva, muita das vezes a vontade do particular pode se sobressair ao interesse público, ao ponto em que se sugere que o Mercado Econômico mais gera influência nas decisões dadas pela Justiça Desportiva do que a Lei propriamente dita (BOURDENS, 2002)

Portanto, consideradas as particularidades jurídico-interpretativas do instituto, sob a égide do Estado Democrático de Direito e de um ordenamento jurídico sistematizado e organizado para a proteção dos ditames da Constituição Federal de 1988, é que se tem as divergências apontadas.

### 3.2 A JURISDIÇÃO DESPORTIVA COMO FRUTO DAS RELAÇÕES PRIVADAS E MEIO ALTERNATIVO

A justiça desportiva não pertence ao Poder Judiciário, tampouco recebe o mesmo tratamento da arbitragem contratual, mesmo possuindo características muito similares (SCHIMITT, 2006). Porém se considerada sua natureza *sui generis* ou a dotação de uma característica única de seu gênero, sob a perspectiva privatista, é considerada um meio alternativo para a resolução de conflitos.

Consoante dicção dos capítulos anteriores, bem como o defendido por Resende (2010, s.p.) que

[...] a relação jurídica entre os atletas e entidades de prática desportiva, com os Tribunais de Justiça Desportiva é, em sua essência, contratual e exsurge dos pactos firmados entre os clubes e atletas com suas respectivas entidades de administração do desporto.

Nessa linha de raciocínio, é que se tem a ideia de que o instituto cumpre perfeitamente com sua função prevista na Constituição, como jurisdição administrativa e privada. Assim, conforme o demonstrado, a corrente doutrinária

privatista acredita que perfeitamente tal instituto não fere à garantia e ordem constitucional no tocante à segurança jurídica, proteção dos direitos fundamentais e ao devido processo legal ou processo justo.

Todavia, baseado nas implicações fáticas mencionadas no tópico anterior, nem mesmo as mais lúpidas cortes nacionais chegaram ao consenso sobre a natureza jurídica da Justiça Desportiva, posto isso, se abstrai a possível insegurança jurídica.

Contrariamente a essa ideia, a argumentação segue no sentido de que o referido instituto cumpre com sua função social e contratual, e embora não exista regulamentação específica nesse sentido, a Justiça Desportiva compõe parte especial da justiça, dotada de “interesse público”, como afirmado por Lamarca (2017, p. 42).

O elemento precípua funda-se, também, na argumentação de que seria totalmente inviável e oneroso a resolução na justiça comum como instituição primária, com as argumentações trazidas por Theodoro Junior (2014) e Mello Filho (2007). Neste prisma, Cavazzola (2014, p. 142) argumenta que “A Justiça Desportiva, portanto, é uma forma de dar tratamento especializado e eficaz a demandas que demorariam excessivamente para serem julgados pela Justiça Comum”.

Importa destacar que, Lamarca (2017, p. 42) “os Tribunais Desportivos julgam com base na Súmula ou Relatórios de cada partida e nos atos que foram praticados pontualmente em desconformidade com o regulamento da competição ou do CBJD” e no âmbito da Justiça Comum, os juízes julgam de acordo com a legislação pertinente a cada matéria, seja ela trabalhista, de direito de família, empresarial, entre outras. Não há, portanto, significância jurídica da matéria desportiva ser discutida diretamente na justiça comum.

Desta feita, a criação de uma Corte única com o caráter administrativo e jurisdicional para a maior proteção de direitos ou até mesmo cumprir com o escopo constitucional sequer é levada em consideração, pois o que se assevera é que a ausência de regulamentação específica não prejudica o direito material ou a ordem constitucional, aliás, dá cumprimento à função social do contrato desportivo e, como meio alternativo, soluciona problemas antes que esses cheguem ao Judiciário.



### 3.3 A JUSTIÇA DESPORTIVA COMO JURISDIÇÃO DO ESTADO E INSTRUMENTO PARA A PROTEÇÃO DE DIREITOS

Na perspectiva do direito público, defende-se como solução ao problema a criação, por meio de Lei, de uma Justiça Desportiva única com o caráter público, jurisdicional e administrativo para que, efetivamente haja a proteção dos direitos e garantias constitucionais inerentes ao desporto como direito fundamental, ao processo justo e segurança jurídica, partindo-se do pressuposto do ideal do Estado Democrático de Direito.

Neste sentido, à equiparação aos papéis exercidos pelos Tribunais Administrativos, de caráter público, que julgam conflitos, além de Agências Reguladoras e Entidades Nacionais fiscalizatórias.

É o exemplo do Tribunal Marítimo, órgão auxiliar do Ministério da Marinha, instituído pelo Decreto Lei 2.180/1954, que tem como principal função dirimir conflitos relacionados à acidentes e ocorrências marítimas nos limites da jurisdição nacional e atribuições da Marinha brasileira.

Vale dizer, o interessante é que o referido órgão é dotado de jurisdição administrativa e autonomia, sendo vinculado ao Ministério da Marinha e que ao mesmo tempo que pode funcionar como um tribunal arbitral também possui atribuição jurisdicional.

Segundo Didier (2015) o Tribunal Marítimo possui uma “força judicante” e suas decisões são dotadas de fé pública, em certos casos possuem validade de título executivo extrajudicial, além de possuir um condão probatório específico e com uma validade uníssona.

Outrossim, como dito, a Justiça Desportiva seria dotada de características similares ao que se resolve no referido tribunal, pois a matéria resolvida é muito específica e, o condão probatório, obviamente, também é único e consistente. Todavia, não existe Justiça Desportiva como instrumento de Jurisdição, conforme citado no primeiro capítulo.

Basta a comparação das legislações para verificar as semelhanças: O artigo primeiro do Dec. Lei 2.180 de 1954 prevê:

Art. 1º O Tribunal Marítimo, com jurisdição em todo o território nacional, órgão, autônomo, auxiliar do Poder Judiciário, vinculado ao Ministério da Marinha no que se refere ao provimento de pessoal militar e de recursos

orçamentários para pessoal e material destinados ao seu funcionamento, tem como atribuições julgar os acidentes e fatos da navegação marítima, fluvial e lacustre e as questões relacionadas com tal atividade, especificadas nesta Lei. (BRASIL, 1966)

Já o artigo 1º do Código Brasileiro de Justiça Desportiva dispõe:

Art. 1º A organização da Justiça Desportiva e o Processo Disciplinar, relativamente ao desporto de prática formal, regulam-se por este Código, a que ficam submetidas, em todo o território nacional, as entidades compreendidas pelo Sistema Nacional do Desporto e todas as pessoas físicas e jurídicas que lhes forem direta ou indiretamente filiadas ou vinculadas. (BRASIL, 2009).

Observa-se a semelhança das normas, ambas atribuindo competência para julgamento e atribuições em todo o território nacional, contudo com a natureza totalmente contrária uma à outra, pois a primeira trata-se de uma norma imperativa, pública e promulgada, já a segunda meramente privada que busca respaldo no artigo 52 da Lei n. 9.615/98 (Lei Pelé) que permite a criação de Códigos Disciplinares.

Depreende-se, portanto, que todas as medidas tomadas no tratamento da Justiça Desportivas justificam-se na autonomia dada às entidades desportivas e na previsão constitucional. Caso existisse um órgão com essas atribuições, certamente tais questionamentos não se sustentariam, pois, a imperatividade da lei, nesse caso, iria prevalecer.

Nesse mesmo sentido destaca-se a atuação do Tribunal de Contas e suas funções administrativas, bem como o papel das Agências Reguladoras que têm o papel de dirimir conflitos no âmbito de sua jurisdição administrativa, conforme Didier (2014, p. 168).

O exemplo do Conselho Administrativo de Defesa Econômica – CADE também é paradigmático, pois o referido órgão é uma autarquia regulatória que também exerce jurisdição administrativa, específica e tem autonomia para dirimir conflitos correlacionados à infrações econômicas.

Isso pois incumbe ao CADE as decidir sobre a existência de infração à ordem econômica e aplicar as penalidades previstas em lei; decidir os processos administrativos para as sanções administrativas por infrações à ordem econômica instauradas pela Superintendência-geral; ordenar providências que conduzam a cessação de infração à ordem econômica dentro do prazo em que a lei determinar etc. Para Didier (2014, p. 169) “Essa função ‘judicante’ é tão marcante que, no artigo

4º da lei 12.529/2011, o legislador chega a reputar o CADE uma autarquia 'judicante', com 'jurisdição' em todo o território nacional.

Salienta-se também, como dito nos capítulos anteriores, que a Constituição vigente foi a primeira e única constituição no mundo a trazer tratamento constitucional à Justiça Desportiva, além de equiparar o direito ao desporto com direitos fundamentais como saúde e educação.

Quando se verifica a proteção especial trazida pelo legislador e total importância que trouxe ao Desporto e Justiça Desportiva, além do fomento à essas atividades como obrigação do Estado conforme artigo 217 da Constituição (BRASIL, 1988) é que se analisa que logicamente a Justiça Desportiva não cumpre com sua função constitucional.

Nas palavras de Didier (2014, p.169):

A decisão de conflito por tribunal administrativo é exemplo de equivalente jurisdicional, pois, embora se trate de solução por heterocomposição dada por um sujeito imparcial diante de uma situação concreta, faltam-lhe atributos da aptidão para a coisa julgada material e insuscetibilidade de controle externo, indefectíveis da atividade jurisdicional.

A questão é, em uma análise sistêmica, não foi criado nenhum Órgão de caráter público capaz de julgar ou até mesmo fiscalizar os Tribunais de Justiça Desportiva ou funcionar como um, e embora recebam esse nome, na verdade, não são tribunais, nessa perspectiva (MELLO FILHO, 2007).

E a solução para isso, seria a criação de um Órgão com a natureza similar aos exemplos trazidos, pois em todos os casos houve uma preocupação do legislador com o direito material e objeto das causas, pois essa medida, segundo tal hipótese, estaria mais de acordo com a natureza jurídica da Justiça Desportiva e a prestação jurisdicional do Estado.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Diante do exposto, podem ser aferidas as conclusões que se seguem:

O problema torna-se evidente com a ausência de lei específica que dispunha sobre a Justiça Desportiva e seus fundamentos. Diante desse déficit legal, o que passa a ser levado em consideração pela doutrina é o artigo 217 da constituição, como justificção das maiorias das medidas que são tomadas pelo Estado ou pelos particulares em sua regulamentação.

Com efeito, o que se discute é se essa ausência de lei causa um prejuízo ao direito ou não, principalmente aos de natureza constitucionais e processuais. Nesse rol, com maior evidência, discute-se sobre possível ferimento à uma série de pressupostos legais e, como dito no primeiro capítulo, essa inconsistência caracterizaria um desrespeito à: a) segurança jurídica, pois não se tem definição legal ou lei que ampare; b) processo justo ou processo legal, haja vista não serem respeitados os direitos inerentes à tutela material constitucional e; c) interesse público, tendo em vista que dada a autonomia das entidades desportivas o interesse particular pode se sobrepor ao interesse público. E, é justamente a crítica apontada pela corrente pública.

Afirma-se também que a Constituição deu importância especial ao Desporto e sua respectiva Justiça, o que evidencia a necessidade de complementação, por meio de lei, para o cumprimento efetivo da vontade do legislador.

Em outro ponto, tem-se que a força vinculação contratual, a autonomia das entidades desportivas e fatores como morosidade e ausência de preparação do Judiciário, por si só é suficiente para cumprir com o disposto no Texto Constitucional, ao ponto em que se sugere a Justiça Desportiva como um mero fruto contratual e que cumpre com sua função no ordenamento jurídico, vez que a massificação de ações na justiça seria uma medida que não corresponderia a especificidade e

agilidade que se espera para o julgamento de causas desportivas e a transacionabilidade do direito possibilita essa intervenção privada.

Destarte, para os problemas levantados, foram levantadas duas hipóteses: a primeira é a que dá maior enfoque para a autonomia particular e força dos contratos nas relações privadas, e sugere um tratamento à Justiça Desportiva como meio alternativo para a solução de conflitos totalmente desvinculado ao poder público e fruto de uma mera disposição contratual, nesse caso, embora exigível o julgamento prévio das matérias para antes adentrar à Justiça pública, seria possível devido a força vinculante dos contratos e códigos de regamentos desportivos.

A segunda hipótese é mais garantista, visa efetivar uma prestação estatal em prol dos direitos e garantias fundamentais, como o direito ao desporto e as tutelas do processo justo e devido processo legal, a fim de assegurar maior proteção ao contraditório e ampla defesa, por exemplo.

Nesse caso, fala-se da possibilidade de criação de um Órgão específico, por meio de Lei, com o caráter jurisdicional e força judicante, a exemplo do Tribunal Marítimo, citado no capítulo anterior. Assim, em tese, a limitação ao acesso à justiça imposta no art. 217, §2 da CF/88 ficaria condicionada à verificação prévia por um órgão competente e legalmente instituído, vale dizer também que nessa perspectiva haveria um compromisso da administração pública no julgamento das matérias e na fiscalização do cumprimento das normas desportivas. O que se alega, é que, em tese, o sistema jurisdicional desportivo atual não cumpre com o papel a que se destina a Constituição.

O que se depreende pela colocação das duas vertentes lógicas e doutrinárias é que toda essa discussão pauta-se na ausência de regulamentação da matéria, pois se houvesse uma norma infraconstitucional com o condão impor regras ao sistema normativo desportivo, bem como dispor sobre a composição e organização da Justiça Desportiva, nesse caso, estar-se-ia discutindo a norma e não sua ausência.

No campo da realidade, o assunto encontra relevância pois, conforme demonstrado, nem mesmo os tribunais superiores têm uma interpretação uníssona a respeito da matéria objeto da pesquisa. Mas, certamente esta demonstra-se mais efetiva no campo das ideias e do abstrato, em um Estado garantidor que, teoricamente, cumpre com todas suas vertentes de cunho constitucional. O que, no Brasil, não é um fato, pois notoriamente o Estado deixa de cumprir com obrigações

básicas como saúde e educação, e em que pese o direito ao desporto estar previsto na constituição no mesmo patamar que tais direitos, o lazer pode ser deixado de lado para o cumprimento de necessidades de maior relevância, mesmo que isso não justifique sua ineficiência.

## REFERÊNCIAS

AMARAL, Guilherme Rizzo. **Efetividade, Segurança e Massificação e a proposta de um Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas**. Revista de Processo. RePro 196/237.

BACELLAR FILHO, Romeu Felipe. **Breves Reflexões Sobre a Jurisdição Administrativa: uma perspectiva de Direito Comparado**. 1. ed. *Revista de Direito Administrativo*, Rio de Janeiro, v. 211, p. 65-77, jan/mar. 1988.

BAHIA, Flávia. **Direito Constitucional**. 3. Ed. Recife: Armador, 2017.

BARROS JÚNIOR, Edimilson de Almeida. **Direito Desportivo: O Desporto no Ordenamento Jurídico Brasileiro**. In: Anais do Encontro Nacional do CONPEDI, 19., Fortaleza, 2010. *Anais*. Fortaleza: COMPED, 2010, p. 01-14.

BARROSO, Luiz Roberto. **Curso de Direito Constitucional Contemporâneo**. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Consultoria Legislativa. **CPI CBF/NIKE: Textos e Contexto III – Justiça Desportiva**. Brasília: 2002. 17 p. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/a-camara/documentos-e-pesquisa/estudos-e-notas-tecnicas/arquivos-pdf/pdf/200437.pdf> >. Acesso em: 13/11/2017.

\_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm)>. Acesso em: 24 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Decreto no 20.829, de 21 de dezembro de 1931**. Disponível em < <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20829-21-dezembro-1931-519452-norma-pe.html> > Acesso em 24 jun. 2018.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal nº 9.615, de 24 de março de 1998**. Disponível em <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9615consol.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9615consol.htm)> Acesso em 24 jun. 2018.

CAVAZZOLA JUNIOR, Cezar Augusto. **Manual de Direito Desportivo**. 1. ed. São Paulo: EdiPro, 2014.

DIDIER JUNIOR, Fred. **Curso de Direito Processual Civil – Vol. 1.** 17. Ed. Editora Juspodivm: Salvador, 2015.

DINAMARCO, Cândido Rangel. **A instrumentalidade do Processo.** 15. ed. São Paulo: Malheiros, 2013.

DINAMARCO, Candido Rangel. **Universalizar a Tutela Jurisdicional.** Fundamentos do Processo Civil Moderno. São Paulo: Malheiros, 2010, v. I, pág. 396.

FERRAZ JUNIOR, Tércio Sampaio. **Introdução ao estudo do direito:** técnica, decisão e dominação. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARINONI, Luiz Guilherme. **Novo Curso de Direito Processual Civil.** 2. ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais LTDA, 2016.

MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito administrativo brasileiro.** 20. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 1995.

MELLO FILHO, Álvaro. **Direito Desportivo Atual.** Rio de Janeiro: Editora Forense, 1986.

MELLO FILHO, Álvaro. **El Sistema Jurisdiccional Deportivo de Brasil.** *Revista Nomos: Edição comemorativa aos 30 anos de mestrado em Direito / UFC, Ceará*, p. 35-46, 2017/1.

PAULO, Vicente; ALEXANDRINO, Marcelo. **Direito Constitucional descomplicado.** 16. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2017.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Hernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico [recurso eletrônico]:** métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico. 2. ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

ROSIGNOLI, Mariana; RODRIGUES, Sérgio Pinto. **Manual de Direito Desportivo.** 1. ed. São Paulo: LTR, 2015.

SHMITTI, Paulo Marcos. **Regime Jurídico e Princípios do Direito Desportivo.** *Revista Brasileira de Direito Desportivo*, São Paulo: Editora da OAB/SP, 2002.

THEODORO JUNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil – Vol. 1.** 55. ed. Rio de Janeiro: Editora Forense, 2014.

TOBAR, Felipe. **Breve História da Legislação Desportiva Pátria e Sua Atual Realidade.** Conteúdo acessado online <  
<http://esportejuridico.blogspot.com/2011/03/breve-historia-da-legislacao-desportiva.html>> acesso em 13/06

VARGAS, Angelo; FACHADA, Rafael; LAMARCA; ET AL. **Direito e Legislação Desportiva.** Rio de Janeiro: CONEF, 2017.

VENOSA, Silvio de Salvo. **Direito Civil: Contratos em Espécie.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2005.